

# JÚLIO RIBEIRO NO HORIZONTE DE RETROSPECÇÃO DA GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA

## JÚLIO RIBEIRO IN THE HORIZON OF RETROSPECTION OF BRAZILIAN GRAMMATIZATION

José Edicarlos de Aquino  
Universidade de Campinas  
edicarlos\_aquino@yahoo.com.br

### RESUMO:

Ao analisar os discursos sobre Júlio Ribeiro em 36 obras publicadas entre 1881 e 1959, marcando as questões nas quais seu nome é mobilizado, mostramos haver uma contradição entre um apagamento de Júlio Ribeiro como referência para a realização de análises gramaticais e linguísticas e um discurso histórico que o coloca a cada instante em primeiro lugar na história dos estudos gramaticais e linguísticos no Brasil. Esse lugar contraditório de Júlio Ribeiro no horizonte de retrospecção da gramatização brasileira nos revela como são controversos os discursos de fundação de um campo do conhecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Júlio Ribeiro, Estudos gramaticais e linguísticos no Brasil, Gramatização brasileira, Horizonte de retrospecção, Discursos de fundação.

### ABSTRACT:

When analyzing the discourses about Júlio Ribeiro in 36 works published between 1881 and 1959, remarking the issues in which his name is mobilized, we show that there is a contradiction between an erasure of Júlio Ribeiro as reference for performing grammatical and linguistic analyses and a historical discourse which puts Júlio Ribeiro at all times in the first place in the history of grammatical and linguistic studies in Brazil. This contradictory place of Júlio Ribeiro in the horizon of retrospection of Brazilian grammatization shows us how controversial the discourses of the foundation of a field of knowledge.

**KEYWORDS:** Júlio Ribeiro, Grammatical and linguistic studies in Brazil, Brazilian grammatization, Horizon of retrospection, Discourses of foundation.

## **Introdução: definindo horizonte de retrospectão e gramatização brasileira**

No presente artigo, procuramos analisar o lugar atribuído a Júlio Ribeiro nos estudos linguísticos no Brasil nas décadas finais do século XIX e na primeira metade do século XX. Para tanto, como procedimento de análise, procuramos recensear as citações feitas ao trabalho de Júlio Ribeiro até a instituição da *Norma Gramatical Brasileira*, em 1959. Nosso objetivo é compreender os discursos que se constroem sobre o peso de Júlio Ribeiro na história da reflexão sobre a linguagem e as línguas no Brasil.

As obras publicadas no período em questão, e nas quais procuramos referências ao nome de Júlio Ribeiro, são frequentemente significadas como as primeiras gramáticas produzidas por autores brasileiros e para o público brasileiro na virada do século XIX para o XX, e como os primeiros tratados brasileiros de semântica, de filologia, de linguística e de história da língua portuguesa ao longo das décadas de 1920 a 1950<sup>1</sup>.

Cabe explicar dois conceitos que empregamos neste estudo: *horizonte de retrospectão* e *gramatização brasileira*. Falar em horizonte de retrospectão é reconhecer que o conhecimento guarda necessariamente uma relação com o tempo. A importância desse conceito está na ideia da construção de uma memória na produção do conhecimento:

“Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão, assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.” (AUROUX, 1992, p. 11-12)

---

<sup>1</sup> Preparamos essa seleção a partir da periodização dos estudos do português no Brasil elaborada por Guimarães (2004), na qual ele aponta as obras e os fatos políticos, institucionais, culturais e educacionais que marcariam cada um dos quatro períodos históricos que descreve. Tomando como marco a publicação da *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro, em 1881, e a Norma Gramatical Brasileira, em 1959, deixamos de fora dessa lista os dicionários, pelas dificuldades particulares de análise que apresentam, trazendo, por outro lado, algumas obras que não foram mencionadas por Guimarães.

Definida por Aurox (1992, p.65) como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”, a gramatização é um termo mobilizado para o processo de produção de instrumentos linguísticos, tais como gramáticas, dicionários e outros escritos sobre as línguas, responsáveis por construir uma imagem de unidade linguística para o Estado nacional. A gramatização brasileira refere-se justamente ao processo iniciado no Brasil na segunda parte do século XIX de produção desses instrumentos linguísticos, por autores brasileiros e para leitores brasileiros, processo esse que tem como efeito a constituição do português como língua nacional do Brasil, como esclarecem Guimarães e Orlandi (2001).

Ao falarmos de gramatização brasileira, não tomamos as obras analisadas simplesmente dentro de uma cronologia, mas a partir de um processo mais amplo de construção de uma língua nacional no Brasil e de um saber sobre ela. Ao considerar o conceito de horizonte de retrospecção, por sua vez, concebemos que essas obras trazem em si a constituição de um passado sobre os estudos da língua portuguesa. A questão que nos interessa é o lugar projetado para Júlio Ribeiro nisso tudo, em outras palavras, no horizonte de retrospecção da gramatização brasileira.

## **1. Menções e omissões a Júlio Ribeiro na produção brasileira sobre a linguagem entre 1881 e 1959**

Na *Grammatica Portugueza Philosophica* de Ernesto Carneiro Ribeiro, publicada na Bahia em 1881, talvez até mesmo pela data de publicação, o mesmo ano de lançamento da *Grammatica Portugueza*, Júlio Ribeiro não é mencionado. No entanto, em outra obra gramatical de Ernesto Carneiro Ribeiro, a *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*, lançada em 1890<sup>2</sup>, Júlio Ribeiro não apenas é citado, sendo classificado como filólogo, gramático e homem de letras, como também é tratado como um marco nos estudos gramaticais no Brasil, posição essa justificada pelo argumento de que a introdução das análises gramaticais inglesas no país teria sido realizada a partir de sua *Grammatica Portugueza*. Assim, na parte sobre Lexicologia, o autor faz “um esboço histórico” “dos escriptores, prosadores e poetas brasileiros, que formam a lustrosa galeria dos espíritos selectos, que brilhantemente representam o movimento litterario do século 19 e do começo do século actual” (p. 202). Nessa

---

<sup>2</sup> Utilizamos a segunda edição, de 1915.

posição, Júlio Ribeiro aparece entre nomes como Junqueira Freire, Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, José de Alencar, Castro Alves, Tobias Barreto, Joaquim Manuel de Macedo, Machado de Assis e Arthur Azevedo. É dito o seguinte de Júlio Ribeiro:

“Júlio Ribeiro, distinto philologo e erudito grammatico (1845-1890). Escreveu uma *Grammatica Portugueza*, dando nova feição aos estudos grammaticaes, onde introduziu o systema de analyse ingleza, perfilhando as ideias de *Mason*. É fructo de seu engenho o romance *A Carne*, da escola naturalista, seguindo de perto a Aluizio Azevedo, outro eminente homem de letras, propagador das ideias realistas na litteratura nacional, autor d’o *Mulato*, d’o *Cortiço*, da *Casa de Pensão*, d’o *Coruja*, do *Livro de uma sogra*, onde se sente a influencia do naturalismo de Zola.” (p. 206)

No estudo dos Advérbios, o nome de Júlio Ribeiro recebe outra menção por parte de Ernesto Carneiro Ribeiro:

“Em sua excellente *Grammatica Portugueza* o distinto Júlio Ribeiro com muita propriedade dá ao adverbio a denominação de *adjectivo ankylosado*, recorrendo a essa expressão metaphorica para indicar a falta de flexão e a immobildade dessa espécie de adjectivo, a que Lemare e Sicard chamaram *superadjectivo*, Julien e Morell, *attributo de attributo*, muito anteriormente já o havia appellidado o autor da *Hermes*.” (p. 514).

Fora Pacheco da Silva Junior, Júlio Ribeiro parece ser o único autor brasileiro citado por João Ribeiro nos seus *Estudos Philologicos*, lançados no Rio de Janeiro também em 1881<sup>3</sup>. Nessa obra, a maior parte das poucas e pontuais referências é feita a autores estrangeiros como Bréal, Whitney, Adolfo Coelho, Diez, Littré, Ferrière, Darwin, Spencer e Schleicher. A referência a Júlio Ribeiro se dá numa nota de rodapé ligada a um trecho do texto em que explica que a etimologia da palavra *nada* “já é um facto adquirido e consignado nas nossas melhores grammaticas”: “Já se encontra na excellente e estimada Gramm. de Julio Ribeiro. Segunda edição” (1902, p. 62). A gramática de Júlio Ribeiro é reputada assim pela excelência e reconhecimento no meio gramatical brasileiro.

Já na sua *Grammatica Portugueza*, de 1887<sup>4</sup>, João Ribeiro vai citar Júlio Ribeiro no tratamento da voz passiva: “— Ha infinitos que accumulam a func-

<sup>3</sup> Utilizamos a segunda edição, de 1902.

<sup>4</sup> Utilizamos a terceira edição, de 1889.

ção das duas vozes; Deixei comer o queijo pelo rato. (Julio Ribeiro.)” (p. 245). Como admite o próprio João Ribeiro, em uma nota de rodapé, toda a parte da sua gramática que trata da correspondência verbal (LIÇÃO XXXV) segue a gramática de Júlio Ribeiro, empregando-a, portanto, como modelo de descrição da língua portuguesa: “Em toda esta parte seguimos mais ou menos o texto da Grammatica de Julio Ribeiro” (p. 246).

Alfredo Gomes, na sua *Grammatica Portugueza*, de 1887<sup>5</sup>, quando escreve sobre “Noções vocabulares” da “Graphica”, ao abordar os inconvenientes do sistema etimológico, observa que “Julio Ribeiro representa aquella consonancia [o  $\chi$  grego] por kh (anarkhia, mekhanismo) contra o que ensina o latim, que o representava por ch (anarchia, mecanismo)” (p. 26), como se afirmasse que há a opinião de Júlio Ribeiro sobre esse assunto e que ela é importante. Mais à frente, tratando do mesmo tema, ao falar do “som i”, explica que tal som “quasi sempre é graphado com a simples letra I desprovida de accento, até nos casos de homographos, apezar da opinião contraria de Julio Ribeiro” (p. 28), como se afirmasse que a opinião de Júlio Ribeiro é importante e deve ser levada em conta mesmo quando não se está de acordo com ela, isto é, tomando Júlio Ribeiro como um autor de referência.

Na *Noções de Grammatica da Lingua Portugueza* de Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, de 1887, Júlio Ribeiro aparece no tratamento do sistema ortográfico, quando se afirma que no século XVI “não havia ainda então regras fixas, mas somente *habitos graphicos*, essencialmente variaveis segundo as epocas, as provincias e ainda os escriptores” (p. 54), momento no qual, em nota de rodapé, Júlio Ribeiro é descrito como um “distincto professor” e seu trabalho como “de grande valor”, mesmo quando não se está de acordo com ele: “Com. j. F. Castilho — *Orthografia*; Boscoli — id. ; Pacheco Júnior — *A Reforma de orthographia*, 1879, e neste ponto, como em outros, a *gramm. port.* do distincto professor Júlio Ribeiro, trabalho que consideramos de grande valor, posto as nossas opiniões em alguns pontos não coincidam” (p. 54)

Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade voltam a citar Júlio Ribeiro na lição sobre regras de sintaxe relativas às formas nominais do verbo:

“O part. imper. e o aoristo (part. passado), quando não são empregados como adjunctos attributivos, nem como elementos de formação nos tempos compostos da voz activa e passiva, e nos verbos frequentativos, formam clausulas participaes absolutas, equivalentes a outras do modo Indicativo e do Subjunctivo. Taes

---

<sup>5</sup> Utilizamos a décima quinta edição, de 1913.

clausulas principaes, bem como as que se formam com o participio aoristo, correspondem exactamente aos absolutos latinos (J. Rib. *Gramm. Port.*)” (p. 467)

Fechando a lista das gramáticas lançadas em 1887 imediatamente após a instauração do Programa de Português para os Exames Preparatórios, e por ele motivadas, a *Grammatica Analytica* de Maximino Maciel, publicada no Rio Janeiro, traz o nome de Júlio Ribeiro logo em sua introdução, quando aborda a transição que a ciência da linguagem estava atravessando em sua época:

“Nestas condições, depois dos renhidos e certamens travados pelos sabios europeus, elles Hovelacque e Max Muller demonstrando ser a linguistica um ramo das sciencias naturaes, é myster que, sendo a grammatica na phrase de Julio Ribeiro – «a exposição methodica dos factos da linguagem», deva, pelo menos, revestir-se de algumas das partes componentes do estudo das sciencias naturaees na sua extensão.”

Júlio Ribeiro é listado ao lado de nomes como Silvio Romero, Pacheco Junior, Alfredo Gomes, Castro Lopes, João Ribeiro, Fausto Barreto, Lameira de Andrade, Adolfo Coelho e Teófilo Braga, a quem Maximino Maciel faz tributo. Maximino Maciel mostra discordância com Júlio Ribeiro quando, por exemplo, no tratamento do artigo, afirma ser “incontestavel a existencia do artigo indefinido no singular e não no plural, como irreflectidamente pensa o Sr. Julio Ribeiro” (p. 92). Na verdade, Maximino Maciel mostra surpresa pela posição de Júlio Ribeiro, tomada como incorreta: “Admiramos o Sr. Julio Ribeiro, moço de criterio scientifico observador dos factos da linguagem e conhecedor das linguas romanas e teutonicas, ter admittido a pluralidade de *um* indefinito” (p. 93). É como fonte de exemplo que Júlio Ribeiro aparece no capítulo da sintaxologia, quando se discute a teoria da negação:

“A negação dissimilar faz-se:

[...]

c) empregando *nem* e *ninguem*, ex:

*Nem ninguém veio.* (Julio Ribeiro).

d) empregando *nem* e *nenhum*, ex.:

*Nem nenhum tenho.* (Julio Ribeiro)” (p. 265-266)

Na verdade, o que se traz a partir de Júlio Ribeiro é um registro do modo de funcionamento de construção em língua portuguesa, ou para ser mais preciso, a regra de formação de uma construção na língua portuguesa.

Na reedição modificada de sua gramática em 1894, que passa a se chamar *Grammatica Descriptiva*, Maximino Maciel traz um *Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa*, no qual não deixa de falar sobre Júlio Ribeiro:

“Mais ou menos por esta época apparecera a Grammatica de Julio Ribeiro, baseada nos trabalhos dos philologos allemães, inglezes e francezes. Tão de perto se lhes abeirava, porém, que se diria antes uma adaptação á lingua vernacula do que um trabalho onde transluzissem, com a individualidade do autor, os seus processos, os seus methodos, enfim norteação propria, oriunda de um trabalho de assimilação. Até pontos havia em que o Sr. Julio Ribeiro se adscrevia a transcrever, quase ipsis verbis, para o vernaculo, as novas doutrinas dos autores estrangeiros, de Guardia, de Mason, de Bergmann. Além disso, resumbrava-lhe do estylo certo gráo de frouxidão e obscuridade; do methodo, certa desorientação: e, quando á syntaxe, ao envez de exemplos hauridos aos monumentos literarios, dava-lhos elle proprio, quase sempre.

O que se nos afigura é que se apressurou o Sr Julio Ribeiro a de chofre quebrar rotina, fosse como fosse, embora ainda não houvesse assimilado o quanto lera nos philologos estrangeiros.

Entretanto, remanesce-lhe de certo o merito de haver sido o primeiro a trasladar para compendio didactico a nova orientação, evertendo os alicerces da rotina e servindo de norma para algumas Grammaticas que se publicaram em S. Paulo.” (apud GUIMARÃES, 1996)

No que é considerado o primeiro relato sobre a história dos estudos do português no Brasil, o texto de Maximino Maciel, como afirma Guimarães (1996), é relevante como “documento de um momento que ele presenciou”, trazendo assim uma reflexão que permitiria estabelecer as condições de realização da gramatização no Brasil no fim do século XIX. Maximino Maciel apresenta a intensa produção brasileira de gramáticas nas duas últimas décadas do século XIX como resultado do Programa de Português organizado por Fausto Barreto em 1887, sendo o colégio Pedro II, ao qual estava ligado Fausto Barreto, colocado como o centro irradiador de uma nova orientação teórica representada pelo método histórico-comparativo e pela doutrina de autores como Max Müller, Bréal, Gaston Paris, Whitney, Littré, Darmesteter, Ayer, Brunot, Brachet, Diez, Bopp e Adolfo Coelho. A gramática de Júlio Ribeiro entra nessa história como aquela que, baseando-se nos trabalhos de filólogos alemães, ingleses e franceses e servindo de norma para outras gramáticas em São Paulo, teve o mérito de ter sido a primeira a transpor para o Brasil a nova orientação teórica do método histórico-comparativo, ainda que não tenha assimilado bem a produção estrangeira. Nessa história sobre os estudos do português no Brasil, Maximino

Maciel coloca ao lado de Júlio Ribeiro como figura determinante o nome de Fausto Barreto, por difundir aquela nova orientação teórica.

A *Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa*, lançada no Rio de Janeiro em 1888 pelo gramático baiano José de Noronha Napoles Massa, não faz qualquer menção a Júlio Ribeiro, sendo antes as suas referências Jeronimo Soares Barbosa, Francisco Evaristo Leoni, Constancio, Monte-Verde, Pertence, Grivet, Dilermando da Silveira, Sotero dos Reis e Antonio Coruja.

Domingos de Castro Lopes não cita Júlio Ribeiro nos seus *Neologismos Indispensáveis e Barbarismos Dispensáveis*, publicados também no Rio de Janeiro em 1889. A bem da verdade, Castro Lopes não chega a citar qualquer autor.

Passando para o século XX, Júlio Ribeiro também não figura nas *Noções de Semântica*, publicadas no Rio de Janeiro em 1903 por Pacheco da Silva Junior, que faz referências somente pontuais a nomes como Darmesteter, Bréal, Littré, Begehot, Schleicher, Corssen, Sayce, Diez, Max Bonnet, Brachet e Massart, todos estrangeiros.

Reunião de uma série de artigos de Mário Barreto, os *Estudos da Língua Portuguesa* foram publicados no Rio de Janeiro em 1903, mostrando em cada um dos seus capítulos o funcionamento e o emprego de determinadas palavras e construções na língua portuguesa. Nesse intento, Mário Barreto recorre à autoridade de uma série de autores brasileiros, como João Ribeiro, Maximino Maciel, Alfredo Gomes, Pacheco Junior, Lameira de Andrade, Said Ali, Fausto Barreto e Rui Barbosa, apenas para ficar nos mais citados, além de vários gramáticos portugueses, caso de João de Barros, Duarte Nunes de Leão, Jerônimo Soares Barbosa e Adolfo Coelho, e mesmo dos franceses Alexis Chassang, Michel Bréal, Émile Littré e Arsène Darmesteter. Nessa lista, entram ainda escritores brasileiros e portugueses, como Machado de Assis e Luís de Camões, cujas obras são empregadas para refutar ou comprovar a existência de determinada palavra ou construção na língua portuguesa. O nome de Júlio Ribeiro aparece no capítulo em que se aborda a validade do adjetivo *repeso* em português:

“Na lista de verbos de duplo participio passivo traz *arrepeso* o nosso grande grammatico Julio Ribeiro, o qual estudava a lingua com os documentos á vista, sem embargo de que por ahí diga o contrario um grammatico de diminuta sciencia e de muita ousadia, cuidando que através dos seus olhos lê nos textos melhor do que os outros. Iludê-se: vê demais; vê as coisas quadruplicadamente.” (1903, p. 42)

Mário Barreto faz um elogio de um modo de trabalho no apontamento de que Júlio Ribeiro estudava a língua com o emprego de documentos, como



se dissesse que o estudo acertado da língua é uma questão de fundamentação documental, sendo Júlio Ribeiro assim dado como exemplar desse modo de proceder. A maneira como Mário Barreto fala de Júlio Ribeiro, tratando-o como “o nosso grande gramático”, como se fosse um bem brasileiro, contrasta com a quantidade de vezes em que ele é citado como autoridade no texto, apenas uma única vez, quando outros nomes são bem mais frequentes. Contrasta também com o modo como Mário Barreto se refere ao português Cândido de Figueiredo, que, nesse debate, reconhece apenas como substantivo a palavra *repeso* em português. É ele, Cândido de Figueiredo, o gramático de diminuta ciência, sendo Júlio Ribeiro, na medida em que é contraposto ao primeiro, tomado não apenas um gramático de grande ciência, mas o grande gramático de grande ciência no Brasil.

O prólogo da *Grammatica Expositiva* de Carlos Eduardo Pereira, de 1907, traz uma célebre avaliação sobre a importância de Júlio Ribeiro na história da gramática no Brasil:

“Depois que Júlio Ribeiro imprimiu nova direcção aos estudos grammaticaes, romperam-se os velhos moldes, e estabeleceu-se largo conflicto entre a eschola tradicional e a nova corrente. A incerteza das theorias pede meças á variedade desorientadora do methodo expositivo e á exuberancia da technologia «abstrusa e cansativa».” (p. I)

Destacando a importância da *Grammatica Expositiva* como uma das mais utilizadas no ensino brasileiro durante 50 anos, Guimarães (2004) afirma que o relato de Eduardo Carlos Pereira não apenas estabelece um *antes* e de um *depois* de Júlio Ribeiro, como também conta o rompimento com velhos moldes e o estabelecimento de um conflito entre uma escola tradicional e a nova corrente como dois novos acontecimentos sucessivos da história da gramática do Brasil, postos justamente como posteriores a uma nova direção dada por Júlio Ribeiro. Assim, para Guimarães (2004, p. 80), a gramática de Júlio Ribeiro fica posta por Eduardo Carlos Pereira como um acontecimento que faz a “passagem de uma gramática portuguesa para uma gramática brasileira” e “ao colocar *Júlio Ribeiro* e não o nome da obra para referir o acontecimento da publicação da gramática, este relato põe a questão da autoria brasileira da gramática como próprio desta história brasileira”, numa “história brasileira da gramática”.

Dentro da gramática de Eduardo Carlos Pereira, Júlio Ribeiro aparece na posição de um gramático ilustre, mas em oposição aos escritores da modernidade e à autoridade do uso popular:

“O interrogativo – *o que?* embora condenado por illustres grammaticos como Julio Ribeiro, Dr. Augusto Freire e outros, tem sido modernamente auctorizado por escriptores de bom quilate, como – A. Castilho, Garrett, A. Herculano, L. Coelho, Rabello da Silva. Coincide com essas auctoridades o uso popular.” (p. 86)

Em uma segunda ocasião, Júlio Ribeiro é utilizado como fonte no estudo da concordância do verbo com o sujeito:

“Com os verbos ou expressões verbaes que indicam *sufficiencia, abastança, carencia, falta*, registram-se casos autorizados de desconcordancias, taes como: «Cinco mil libras é muito» (A. H.) – «Dois capitulos é pouco» – «Falta muitos dias para os exames» (Julio Ribeiro) – «Basta os dictos que elle atira aos filhos e aos criados» (Apud Julio Ribeiro).” (p. 215)

No mesmo ano de 1907, Eduardo Carlos Pereira lança como resposta aos críticos de sua *Grammatica Expositiva* o livro *Questões de Philologia*, no qual reproduz sob forma de apêndice o prólogo de sua gramática, colocando em circulação mais uma vez aqueles dizeres sobre Júlio Ribeiro. Mais do que isso, é com o apoio em Júlio Ribeiro que Eduardo Carlos Pereira responde a críticas, por exemplo, sobre o funcionamento e nomenclatura da partícula *se* como sujeito indeterminado: “Melhor é com Julio Ribeiro e outros, considerar-se *indeterminavel*; pois qualquer determinação é artificial (quando não absurda), e não corresponde aos factos historicos da lingua” (p. 31).

Júlio Ribeiro não aparece entre os subsídios utilizados por Eduardo Carlos Pereira para compor sua *Gramática Histórica*, lançada em 1916<sup>6</sup>. Entre os brasileiros, os nomes que se encontram são os de Ernesto Carneiro, Mário Barreto, João Ribeiro, Lameira de Andrade e Pacheco Junior. Entre os estrangeiros, os autores a quem se recorre são Diez, Meyer Lübke, Bourciez, Darmesteter, Brugmann, Whitney e Bréal.

Em *Dificuldades da Língua Portuguesa*, de Said Ali, de 1908<sup>7</sup>, encontramos uma única referência a Júlio Ribeiro, num capítulo sobre o infinitivo pessoal, numa passagem que faz alusão à célebre polêmica entre Rui Barbosa e Cândido de Figueiredo em torno da redação do código civil:

“O autor da Réplica [Rui Barbosa] não admite a opinião do filólogo alemão [Diez]. Discordamos também nós. Mas daí a atribuir a Diez e a Julio Ribeiro, que lhe encampa a teoria, cousa em que nem um nem outro jamais pensou, vai

<sup>6</sup> Utilizamos a nona edição, de 1935.

<sup>7</sup> Utilizamos a sétima edição, de 2008.

uma distância enorme. Substituir um pensamento por outro, decepar períodos de modo a viciar-lhes o sentido, não me parece recurso digno de quem deseja mostrar a superioridade da sua opinião... (p. 83-84).”

No trecho em questão, o problema é o da explicação de Diez de que o infinitivo dependente de auxiliar modal se usa sem flexão, posição essa contestada por Said Ali, que afirma que o autor alemão desconhece a singularidade da língua portuguesa pela qual o infinito é também desdobrável em oração de verbo finito. Aqui nos importa notar o movimento de Said Ali em ligar Júlio Ribeiro a Diez.

Júlio Ribeiro não é lembrado em nenhuma das três gramáticas de Said Ali, quais sejam, *Grammatica Elementar da Lingua Portuguesa* (1923)<sup>8</sup>, *Grammatica Secundaria da Lingua Portuguesa* (1924), *Grammatica Historica da Lingua Portuguesa* (1931). Essa ausência, no entanto, deve ser relativizada na medida em que Said Ali não cita praticamente nenhum autor nesse conjunto de obras gramaticais.

Em *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*, publicado no Rio de Janeiro em 1930 por Said Ali, o nome de Júlio Ribeiro mais uma vez não se faz presente. Said Ali não traz Júlio Ribeiro, mas também cita só esporadicamente e em pequeno número outros autores, como Bréal, H. Paul, Ernst Schwentner e J. B. Hofmann.

Lançado no Rio de Janeiro em 1919<sup>9</sup>, *Manual de Análise* de José Oiticica faz referências aos trabalhos dos brasileiros Maximino Maciel, Sílvio Elia, Antônio Houaiss, Said Ali, Rui Barbosa, Alfredo Gomes e João Ribeiro, apenas para ficar nesses nomes, mas não cita Júlio Ribeiro uma única vez.

No seu *O Dialeto Caipira*, publicado em São Paulo em 1920, Amadeu Amaral traz na lista de autores citados no início do livro nomes como os brasileiros João Ribeiro, Said Ali e Teodoro Sampaio e como os portugueses Leite de Vasconcelos e Adolfo Coelho, mas não Júlio Ribeiro. É verdade que, nessa lista, não se encontra nenhuma gramática. No entanto, é no mínimo curioso esse apagamento de Júlio Ribeiro na medida em que ele, na sua *Grammatica Portuguesa*, traz o registro do falar dos caipiras em várias ocasiões.

Nos *Estudos da língua portuguesa*, lançados em São Paulo em 1922, José Rizzo apresenta Júlio Ribeiro como um precursor dos estudos glotológicos no Brasil:

---

<sup>8</sup> Utilizamos a nona edição, de 1966.

<sup>9</sup> Utilizamos a décima primeira edição, de 1955.

“Já muito antes deste [Mário Barreto] ilustrado professor do Colégio Militar e do Ginásio de Pedro II, no Rio, Júlio Ribeiro, precursor emérito dos estudos glotológicos, no Brasil, exultara « com os louvores dos competentes, de Rui Barbosa, de Teófilo Braga, do conselheiro Viale ».” (p. 305)

É através de um lugar de destaque a Júlio Ribeiro que José Rizzo procura enaltecer Rui Barbosa, mostrando que esse último teve o reconhecimento do primeiro. Júlio Ribeiro não acompanha, entretanto, os nomes de Ernesto Carneiro Ribeiro, João Ribeiro, Mário Barreto, Eduardo Carlos Pereira, Otoniel Mota, Rágio Nóbrega, Artur Gómez, além de Rui Barbosa, apresentados como os seus “mestres do Brasil” a quem José Rizzo presta homenagem no início do seu livro. No entanto, mesmo que não figure nessa lista de nomes, Júlio Ribeiro aparece qualificado como “grande mestre” no texto de José Rizzo, num momento em que é chamado para falar de um fenômeno sintático apresentado como comum no linguajar de quase todo o território brasileiro:

“Já o grande mestre Júlio Ribeiro apostilara, na sua *Gramática Portuguesa*, p. 293, segunda edição: « Os caipiras, fiéis aos usos arcaicos da língua, como sóelo a gente do povo, exprimem-se de modo análogo ao dos Franceses : põem claro um pronome que represente o sujeito neutro dos verbos impessoais. Dizem: «Ele chove muito lá — Ele hai ainda algumas frutas — Êle corre por ai que o rei vem vindo»

Este fenômeno sintático se observa no linguajar popular de todo, ou de quasi todo o território brasileiro.” (p. 179)

Afonso Costa lança em São Paulo em 1922 o livro *Língua portuguesa: Resposta à Crítica*, no qual se recorre uma dezena de vezes ao nome de Júlio Ribeiro, que é apresentado como um mestre da língua portuguesa e, nessa posição, colocado ao lado de nomes com Grivet e Adolfo Coelho:

“Dissertando a respeito de ponto tão controvertido, não nos era licito occultar as formas divergentes que muitos vocábulos terminados em —ão— apresentam ao soffrer a flexão do plural e, indicando as mais seguidas pelos mestres da lingua, Júlio Ribeiro, Grivet e Adolpho Coelho, não nos esquecemos, comtudo, de lembrar aos que, por ventura, nos pudessem ler que, em mtiitos casos, a forma —ões— é a preferida pela corrente popular, em opposição á erudita que sempre procura ater-se á origem e derivação dos termos, como guarda avançada das puras tradições da lingua.

Quem conhece português sabe que a respeito da formação do plural de vários nomes terminados em —ão não se encontravam antigamente de accôrdo os nossos

escriptores e grammaticos e, ainda hoje, com relação a muitos desses vocábulos, não se poderam harmonizar as opiniões dos competentes. Júlio Ribeiro (GRAMMÁTICA PORTUGUEZA, pags. 98 e 99) ensina as seguintes formas: «*vulcões, castellãos, soldãos, villãos* e *zangões*.» Grivet aconselha: «*castellãos, villãos, zangãos*» (Grammatica Analytica, pags. 113 e 114.) Monteiro Leite (Grammatica PortuGUEZA, pags. 28 e 29) auctoriza: *villãos, hortelãos*.» Pacheco e Lameira (Grammatica PortuGUEZA, pag. 166) escrevem: «*vulcões*.» Adolpho Coelho (Noções Elementares de Grammatica PORTUGUEZA, pags. 73 diz: «*zangãos, truães*.» Domingos de Azevedo (Grammatica Nacional, pag. 33, 1889) registra: «*soldãos, hortelãos e zangãos*.»” (p. 36-37)

Em mais de uma ocasião, a obra de Júlio Ribeiro aparece como fonte de exemplos para demonstrar uma regra gramatical defendida por Affonso Costa. Nesses casos, não é a *Grammatica Portugueza* quem é geralmente utilizada, mas antes o livro *A Carne*:

“E exacto que os vocábulos terminados em — *agem* — são todos femininos, como — *imagem, coragem, sondagem, viagem linhagem, beberagem, dosagem, camaradagem, lavagem, miragem, estalagem, voragem, visagem, criadagem, etc. mas—personagem—escapa, muitas vezes, á regra, não só por ter sido antigamente masculino, como porque, usado hoje em referencia a indivíduos deste ultimo género, por isso o empregamos na mesma categoria: «Pedro é um personagem politico de grande merecimento.»*

[...]

Outros exemplos: «*Tres personagens; um dos mais antigos personagens; aos mais eminentes personagens.*» (Latino Coelho, *Obra citada*, pags. 272. 358 e 396.) «*O personagem; o feliz personagem.*» (Júlio Ribeiro. *A Carne*, pag. 121.) «*Estes personagens; seus personagens; destes personagens; rico personagem.*» (Eça de Queiroz. *Cartas de Inglaterra*, pags 48, 56 e 118.) «*Exclamava um personagem do nosso Alvares. Outro personagem bancário*» (Machado de Assis. *QuiNCAs Borba*. Terceira. edição. Pags. 204 e 215.)” (p. 44-45)

Pela obra *A Carne*, Júlio Ribeiro é colocado por Affonso Costa na categoria dos escritores do meio literário brasileiro, a quem esse último recorre para mostrar construções indefensáveis na língua portuguesa:

“A lingua portuguesa, falada tanto aqui como em Portugal, de certo, não pôde differir da escripta sob o ponto de vista syntactico e em nenhum escriptor, dos que merecem este nome e vivem e florescem em nosso meio litterario, dando-se a esta expressão o sentido mais vasto que ella pôde ter, jamais deparamos variação pronominal iniciando periodo, ou pronome sujeito empregado como complemento

directo de verbo activo em vez da respectiva variação ou caso objectivo. Corramos, com afinco, o livro de Teixeira Pinto, as obras de Santa Maria Jaboatão, Monte Alverne, João F. Lisboa, José Bonifácio, Macedo, Gonçalves Dias, Alencar, Visconde de Áraguaya, Santa Rita Durão, Gregório de Mattos, Frei Caneca, S. Romero, Laet, Ruy Barbosa, Machado de Assis, João Ribeiro, Júlio Ribeiro, Arthur Orlando, José Veríssimo, Affonso Celso, Coelho Neto e tantos outros, todos brasileiros, e ahi não encontraremos nenhum caso dessas duas construcções indefensáveis, condemnadas sempre, e ainda agora, como um plebeismo, ou melhor, como um peccado contra a grammatica portuguesa.” (p. 109-110)

É para mostrar a ausência de consenso sobre certas questões que o nome de Júlio Ribeiro é mobilizado por vezes por Affonso Costa:

“Demais, bem sabe o dr. Cândido de Figueiredo que nem todos, escriptores e grammaticos, estão de pleno accôrdo com relação á pronuncia desses nomes. E’ assim que Júlio Ribeiro (obra citada, pag. 24) manda pronunciar: *espôsos*, *escólhos*. — ao passo que Monteiro Leite (GramMATICa PortuGueza) ensina : «*espôsos*, *escólhos*, *almôços*, *estórvos* e *pescóços*.»” (p. 39-40)

Em certos casos, Affonso Costa apresenta a posição de Júlio Ribeiro mesmo que não concorde com ela:

“Agora, não ser portuguesa a construcção que o mestre refuga é o que não garantimos, por nos faltar auctoridade para isso, pois, em A. Herculano (O Monge de Cistér) se encontra: «Isso tudo sumiu-se (pag. 60.) Não teria Herculano, ahi, procurado fugir ao som resultante da união da ssyllabas —*se*—*su*? Um caso semelhante também encontramos em Júlio Ribeiro (A. Carne.), onde se lê á pag. 108: «... aqui, nestas alturas, sob a immensidade do céu é que sente-se orgulhoso o anthropoide fallante...» Ora, Júlio Ribeiro que em sua GRAMMÁTICA estabeleceu regras a serem seguidas na collocação dos pronomes e sempre, no correr do referido romance, usa da próclise, quando vem antes do verbo o vocábulo —*que*— conjuncção ou pronome, como se ve nestes exemplos : —«o que *se* pode chamar. . . o coronel Barbosa que *o* fez continuar. . . fortuna que *lhe* coubera. . . mandou que a mucama *se* afastasse. . . vejo que *me* comprehendeu. . . que *se* queime. . . » teria, por descuido, desacertado a bôa syntaxe ou, de propósito, procuroufugir á próclise, no texto trasladado, para evitar a juncção das duas sibilantes —*se*—*seu*? Nós, embora convencido de nossa pouquidade nestes assumptos, pois antes somos discípulo do que mestre, não reputamos de bom cunho a syntaxe dos dous exemplos tanscriptos, um de Herculano e outro de Julio Ribeiro, por isso que, em lidima linguagem portuguesa raramente se encontram casos semelhantes.” (p. 69-70)

Em outros momentos, o nome Júlio Ribeiro aparece como argumento decisivo para confirmar uma explicação de Affonso Costa, para confirmar, e também refutar, regras gramaticais da língua portuguesa:

“São velhas três das regras indicadas ; a 1.<sup>a</sup>, a 2.<sup>a</sup> e a 4.<sup>a</sup>, pois figuram em todas as grammaticas e por ellas falam indiscutíveis razões ; a penúltima, porém, collide com a pratica, tem contra si o testemunho dos clássicos e até a sentença definitiva de Júlio Ribeiro que previu o caso e o estudou com critério.” (p. 112)

Ao lado das gramáticas de Eduardo Carlos Pereira, João Ribeiro, Ernesto Carneiro Ribeiro e Antonio de Moraes Silva, a décima terceira edição da *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro é listada na bibliografia no final do livro *O Linguajar Carioca*, publicado por Antenor Nascentes no Rio de Janeiro em 1922. Esse texto, que ganha uma segunda edição em 1953, recorre à gramática de Júlio Ribeiro em pelo menos seis ocasiões para ilustrar “o falar brasileiro”, segundo expressão utilizada pelo próprio Nascentes, que analisa a fonética, a morfologia, a sintaxe e o léxico do português falado no Brasil, especificamente do falar carioca, a fim de registrar, ainda segundo uma expressão de Nascentes, “uma fotografia do estado da língua” do seu tempo que servisse aos pesquisadores futuros. É portanto como um dado documental que a gramática de Júlio Ribeiro é aproveitada por Nascentes. Na verdade, não é apenas a gramática de Júlio Ribeiro que é utilizada. Ao mesmo tempo, a obra de Júlio Ribeiro não serve apenas como registro do português falado no Brasil. De fato, Nascentes usa o livro *A Carne* de Júlio Ribeiro para ilustrar dialetos que já existiram no Brasil. Assim, abordando as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal, Nascentes (1953, p. 15) traz o texto em questão em uma nota de rodapé após argumentar que o português do Brasil não corresponde ao que a filologia românica chamaria de dialeto crioulo e ressaltar que um espécime de tais dialetos já existiu na “linguagem dos pretos minas”, mas que essa linguagem estava “quase totalmente desaparecida” em sua própria época:

“Júlio Ribeiro, em *A Carne*, apresenta o seguinte especimen de dialeto crioulo:  
– Zélomo, disse Joaquim Cambinda, ussê pensô bê nu quê ussê vai fazê, lapássi?  
– Pensô, *mganga*.  
– Intonsi, ussê qué mêsmo si rissá rímanári ri San Migué rizama?  
– Qué, *mganga*.” (1953, p. 15)

O nome de Júlio Ribeiro aparece em seguida numa discussão sobre a divisão das áreas linguísticas do Brasil. Argumentando que o falar brasileiro



apresenta variações bem características apesar de sua relativa uniformidade e propondo a divisão do país em seis sub-falares (amazônico, nordestino, baiano, mineiro, fluminense, sulista, além de um território incaracterístico), Nascentes comenta as divisões propostas por Júlio Ribeiro, mas também por Maximino Maciel, João Ribeiro e Rodolfo Garcia A., ressaltando o fato de ele empregar um critério exclusivamente geográfico e desenhar uma divisão “imperfeita”: “Adotando um criterio geografico exclusivamente, Julio Ribeiro em 1891 apresentou uma tentativa de divisão dialetal do Brasil, aceita por Mendes do Remedios.” (NASCENTES, 1953, p. 20). É interessante notar que o ensaio de divisão dialetal feito por Júlio Ribeiro e criticado por Nascentes teria sido aceito por outro pesquisador, o português Mendes dos Remédios, o que mostra uma circulação da gramática de Júlio Ribeiro fora do Brasil.

Aparentemente ausente nos capítulos sobre fonética, léxico e vocabulário, o nome de Júlio Ribeiro ressurge no estudo de Nascentes sobre a morfologia e, principalmente, a sintaxe do falar carioca. Assim, quando descreve as preposições, Nascentes (1953, p. 110) observa, em nota de rodapé, que “Júlio Ribeiro, *Grammatica*, 305, dá como pouco usado em prosa” a preposição *té* (*até*). Na sintaxe, a gramática de Júlio Ribeiro é usada como fonte de exemplos para o emprego do pronomes *o*, *a* e *lhe* com o verbo *chamar* (*chamei-o mentiroso*, *chamar de coxo*), momento em que Nascentes resalta que Júlio Ribeiro seria tolerante com o uso acusativo:

“Exemplos brasileiros: Este o chamava de herege... (J. F. Lisboa, *Vida*, 372). Chamei-o mentiroso. Chamar de coxo. (Exs. de Julio Ribeiro, *Gram.*, 228, 309). Mas na oficina de marceneiro aprenderam depressa a chamá-lo – o filho da caolha... (Julia Lopes de Almeida, *Ansia eterna*, 96)... a tal ponto que a chamaram de distraida. (*Idem, ibidem*, 234). Ele o chamava seu mestre. (Carneiro Ribeiro, ex. de *Serões*, 530). *Postigo* chamamos a nós a portinha ou a pequena abertura... (Rui Barbosa, *Replica*, pg. 346).

Mostram-se tolerantes com o acusativo Julio Ribeiro, Carneiro Ribeiro, E. C. Pereira, *Gram. exp.*, 210, 258, *Gram. hist.*, 324, 470, Francelino de Andrade, *O vernaculo*, 9-12, Alvaro Guerra, *Fragmentario classico*, 145, Rui Barbosa, *Replica*, 346, nota, Silvio de Almeida, *Rev. de Filologia Portuguesa*, V, 116, Epifanio Dias, *Gram. elementar*, 111.” (1953, p. 167)

Em seguida, abordando as locuções verbais formadas com duas construções equivalentes, uma com o gerúndio (*fiquei conversando com ela*) e outra com o infinitivo regido pela preposição *a* (*fiquei a conversar com ela*) e explicando que as do primeiro tipo são mais usadas no Brasil enquanto as do



segundo tipo seriam mais recorrentes em Portugal, Nascentes (1953, p. 168) nota que o “traço diferencial entre as duas falas foi observado por Julio Ribeiro, *Gramatica*, 210)” e também por João Ribeiro e Júlio Moreira. Por fim, Júlio Ribeiro é recuperado por Nascentes (1953, p. 178) no exame da perda do sentido negativo da locução *não deixar de*: “Como observa Julio Ribeiro, *Gramatica*, 302, o velho preceito das duas negativas aí perdeu seu valor”.

Lançado por uma editora de São Paulo em 1935, o livro *O Idioma Nacional na Escola Secundária* de Antenor Nascentes não traz menção ao nome do Júlio Ribeiro. Na bibliografia desse texto sobre o ensino do idioma, é possível encontrar, no entanto, obras dos brasileiros Mário Barreto, José Oiticica e Silveira Bueno, bem como a gramática de João Ribeiro.

A gramática de Júlio Ribeiro consta como marco do final do segundo e do início do terceiro dos três períodos históricos dos estudos filológicos no Brasil estabelecidos por Antenor Nascentes nos seus *Estudos Filológicos*, uma obra lançada no Rio de Janeiro em 1939 e que traz como temas, além de um esboço histórico da filologia portuguesa no Brasil, questões de fonética, comparações entre o espanhol e o português, a expansão da língua portuguesa no Brasil e as diferenças com Portugal, entre outros:

“Historiando os estudos filologicos no Brasil, vemos que eles se podem distribuir por tres periodos.

O primeiro, a que chamemos embrionario, vai dos tempos em que começou a cultura brasileira até 1835, data da publicação do “Compendio da grammatica da lingua nacional” (sic), de Antonio de Alvares Pereira Coruja.

O segundo, a que podemos dar o nome de empirico, vai de 1835 a 1881, data da publicação da “Gramatica Portuguesa” de Julio Ribeiro.

O terceiro, que se pode apelar de gramatical, vai de 1881 a 1939, ano da fundação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.” (1939, p. 22).”

Na avaliação de Nascentes, enquanto o chamado período embrionário seria encabeçado pela gramática de Coruja e obedeceria exclusivamente a uma orientação portuguesa, sem se deter nas diferenças que já apresentaria o falar brasileiro, o período empírico assistiria à inauguração da gramaticografia do português e da dialetologia no Brasil. Quando ao período gramatical, além de reafirmar que a gramática de Júlio Ribeiro marca o início desse terceiro período dos estudos filológicos no Brasil, Nascentes aponta o norteamento por novos métodos como um traço do autor, afirmação essa baseada nas próprias palavras de Júlio Ribeiro:

“A “Grammatica Portuguesa” de Julio Ribeiro (1881) marca o inicio do terceiro periodo.

Vale a pena transcrever dois trechos do prefacio da segunda edição:

“As antigas gramaticas portuguesas eram mais dissertações de metafisica do que exposições dos usos da lingua.”

“O sistema de sintaxe é o sistema germanico de Becker, modificado e introduzido na Inglaterra por C. P. Mason, e adotado por Whitney, por Bain, por Holmes, por todas as sumidades da gramaticografia saxonica.”

Como se depreende, o autor se norteava por novos metodos.” (1939, p. 28).

Nascentes transcreve o trecho em que Maximino Maciel apresenta a gramática de Júlio Ribeiro como uma obra baseada nos trabalhos dos filólogos alemães, ingleses e franceses, destacando a parte em que se afirma o mérito de Júlio Ribeiro em ter sido o primeiro a verter para um compêndio didático essa nova orientação teórica e servindo assim de norma para a publicação de várias outras gramáticas em São Paulo. Nesse ponto, Nascentes (1939, p. 30) sustenta que vai “começar daqui por diante a proliferação de gramáticas”, razão pela qual ele denomina de gramatical esse terceiro período dos estudos filológicos no Brasil. Dessa forma, como se realizados a partir do ponto originário e original que representaria a gramática de Júlio Ribeiro dentro da periodização dos estudos filológicos no Brasil, Nascentes lista uma série de obras e acontecimentos do período gramatical, entre eles a elaboração por Fausto Barreto do programa das línguas para os exames gerais preparatórios e a consequente edição das gramáticas de Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, João Ribeiro e Alfredo Gomes e da reedição da gramática de Maximino Maciel. Na verdade, é a partir do artigo de Júlio Ribeiro que Nascentes (1939, p. 32) fala do programa elaborado por Fausto Barreto, como se explica na nota de rodapé que escreve: “Este programa pode encontrar-se no livro “Procellarias” de Julio Ribeiro”. É importante notar aqui que os escritos de Júlio Ribeiro aparecem como arquivo para falar do *Programa de Português para os Exames Preparatórios*. É interessante notar igualmente que não apenas o Programa de Fausto Barreto é recuperado através da obra de Júlio Ribeiro mas também que ele é colocado em posterioridade a ela, ou melhor, à *Grammatica Portuguesa*, uma relação retrospectiva muito semelhante à formulada pelo próprio Júlio Ribeiro justamente no artigo de 17 de abril de 1887 no seu jornal *A Procellaria*, no qual ele coloca sua gramática como base para o Programa de Português.

Sousa da Silveira, no seu *Lições de Português*, publicado em São Paulo em 1923<sup>10</sup>, vai fazer referência aos brasileiros Said Ali, a quem oferece a obra, Antenor Nascentes, Amadeu Amaral, Mário Barreto, João Ribeiro, Fausto Barreto, Carlos de Laet, Rui Barbosa e José Oiticica, mas sem qualquer menção a Júlio Ribeiro.

Júlio Ribeiro é esquecido por Mattoso Câmara Jr nos seus *Princípios de Linguística Geral*, obra publicada no Rio de Janeiro em 1942. Na verdade, os únicos autores brasileiros a quem Mattoso Câmara Jr faz referência são Said Ali, Sousa da Silveira, Capistrano de Abreu, Mário Barreto, Teodoro Sampaio e Antenor Nascentes. De forma geral, as referências de Mattoso Câmara já não são mais aquelas empregadas por Júlio Ribeiro quando se pretende falar da linguagem de um modo tido como científico. Assim, se Júlio Ribeiro evocava regularmente os nomes de Max Müller, Whitney, Bréal, Hovelacque, Broca, entre outros conhecidos hoje como figuras dos estudos histórico-comparados, as referências de Mattoso Câmara são antes Albert Dauzat, Edward Sapir, Leonard Bloomfiel, Ernst Cassirer, Ferdinand de Saussure, Hermann Paul, N. Trubetzkoy, Otto Jespersen, Antoine Meillet, Maurice Grammont, Franz Boas, Alfredo Trombetti, Ferdinand Brunot, entre outros nomes classificados atualmente como expoentes do estruturalismo europeu e americano. Sem surpresas, Júlio Ribeiro não aparece na reedição de *Princípios da Linguística Geral*, de 1954.

Em outro texto de Mattoso Câmara Jr, *Contribuição à Estilística Portuguesa*, publicado em 1953<sup>11</sup>, sem tocar no nome de Júlio Ribeiro, as poucas referências feitas a autores brasileiros se limitam a Aires Mata Machado, Antenor Nascentes, João Ribeiro, M. Rodrigues Lapa, Said Ali e Serafim da Silva Neto.

Desde a primeira edição de sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* em 1944<sup>12</sup>, Francisco da Silveira Bueno traz uma apresentação na qual faz um apanhado da história da gramática no Brasil a partir de alguns nomes tidos como chave nessa história, entre eles, Júlio Ribeiro, qualificado como um desbravador:

“Desde que Julio Ribeiro abriu caminho, nestes estudos, publicando, em 1881, a sua “Grammatica Portuguesa”, somente em 1884 o dr. Maximino Maciel conseguiu colocar, de fato, os estudos gramaticais na sua verdadeira direção científica,

<sup>10</sup> Utilizamos a quarta edição, de 1940.

<sup>11</sup> Utilizamos a terceira edição, de 1977.

<sup>12</sup> Utilizamos a quarta edição, de 1956.

apoiando-se no que havia, então, de mais moderno em lingüística geral. Se Júlio Ribeiro foi o desbravador, Maximino Maciel foi o verdadeiro orientador destes assuntos de que tratamos. A sua “Grammatica Descriptiva”, ainda hoje é a mais bem orientada que possuímos. Não teve, entretanto, a expansão que deveria ter tido, justamente, por estar muitos anos à frente do ramerrão geral do país. Por mais paradoxal que isto nos pareça, infelizmente, são estes os fatos: os precursos nunca alcançam a compreensão da maioria do seu tempo.” (p. 5)

Como explica Guimarães (2004, p. 84), Francisco da Silveira Bueno “conta uma história que se dá como sendo o conjunto de acontecimentos posteriores à gramática de Júlio Ribeiro”. Na verdade, para Guimarães (2004, p. 85), “ao se dizer numa história brasileira da gramática, Silveira Bueno puxa uma linha de filiação que passa por Eduardo Carlos Pereira (para a ele se opor) e vai a Júlio Ribeiro”. Na história contada por Francisco da Silveira Bueno, Júlio Ribeiro e Maximino Maciel trabalham pioneiramente para a cientificidade dos estudos gramaticais no Brasil, sendo que a Júlio Ribeiro é dado o papel de desbravador e a Maximino Maciel o de verdadeiro orientador.

No corpo da gramática, o nome de Júlio Ribeiro aparece no estudo da ortografia, na discussão do emprego da maiúscula no nome dos meses, momento em que Silveira Bueno discorda da posição do autor sobre o tema:

“Júlio Ribeiro, Eduardo Carlos Pereira e muitos outros querem que se escrevam tais nomes com minúscula. Nossa opinião: os nomes dos meses são verdadeiros nomes próprios; deixaram de ser meros adjetivos para assumirem a classificação de substantivos e de substantivos próprios”. (p. 86)

Essa é uma das únicas vezes em que Júlio Ribeiro é mencionado por Silveira Bueno, que tem preferencialmente por referência os brasileiros Eduardo Carlos Pereira, Mário Barreto, Said Ali e João Ribeiro. Em um certo momento, no entanto, na sintaxe, é o Júlio Ribeiro romancista que é empregado por Silveira Bueno, que utiliza duas passagens de *A Carne* para exemplificar o que é a coordenação e a subordinação, num registro do papel da literatura na gramatização brasileira:

“De suas espécies pode ser a *dependência* das palavras na oração e das orações no período lógico: dependência de *coordenação* e de *subordinação*. Pela *coordenação* reúnem-se palavras e frases da mesma função gramatical.

EXEMPLOS:

*As moendas brilhavam limpas e os eixos e endentações luziam negros de graxa*  
(JÚLIO RIBEIRO, *A Carne*, 68)

Pela *subordinação* reúnem-se palavras e frases de funções diferentes.

EXEMPLOS:

*Eram os primeiros carros de cana que chegavam.* (Idem-Ibidem)” (p. 277)

Lançados em São Paulo em 1946, os *Estudos de Filologia Portuguesa* de Silveira Bueno não fazem qualquer referência a Júlio Ribeiro. Num relato breve sobre os estudos de filologia portuguesa no Brasil, os únicos autores listados são Caetano de Sousa, Varnhagen e João Ribeiro.

Em *Tratado de Semântica Geral Aplicada à Língua Portuguesa do Brasil*, publicado em 1947<sup>13</sup>, Francisco da Silveira Bueno não cita Júlio Ribeiro. Com referências preferencialmente internacionais, como Breál, Lefèvre, Sapir, Dauzat, Bally e Darmesteter, os poucos autores brasileiros a quem faz apelo são João Ribeiro, Pacheco da Silva Junior e Júlio Moreira.

Júlio Ribeiro não é listado por Francisco da Silveira Bueno na bibliografia de sua *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*, publicada no Rio de Janeiro em 1955. Na bibliografia da obra, no entanto, é possível encontrar listadas as gramáticas dos brasileiros Eduardo Carlos Pereira, João Ribeiro e Said Ali. É possível, contudo, encontrar uma referência a Júlio Ribeiro, no capítulo sobre a gramaticalização do idioma, quando, numa discussão sobre a luta pelo purismo da língua, Silveira Bueno (1955, p. 251) afirma que os “melhores e os mais completos estudos de gramática portuguesa têm aparecido no Brasil e não em Portugal”. Assim, integrando esse conjunto de melhores e mais completos estudos de gramática, a gramática de Júlio Ribeiro aparece colocada ao lado das de José Feliciano de Castilho e Noronha, Francisco Sotero dos Reis, Antônio Alvaro Pereira Coruja, José Maria Velho da Silva, Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade, João Ribeiro, Maximino Maciel, José de Noronha Napoles Massa, Ernesto Carneiro, entre outros. Silveira Bueno (1955, p. 252) ressalta na sua descrição da gramática de Júlio Ribeiro que ela foi famosa: “Em 1882, Júlio Ribeiro dá a conhecer a sua ‘Grammatica Portugueza’ que foi famosa”. No entanto, é à obra de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade que dá o título de primeira gramática histórica publicada no Brasil: “O ano de 1887 foi fecundo em publicações gramaticais: ‘Noções de Grammatica Portugueza’ por Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade, talvez, a primeira gramática

---

<sup>13</sup> Utilizamos a segunda edição, de 1951.

histórica publicada no Brasil e em Portugal, pois, a de Ribeiro de Vasconcelos só apareceria em 1900”. À *Gramamtica Descritiva* de Maximino Maciel, por sua vez, é dado o reconhecimento de ter sido “a primeira gramática publicada aqui dentro das normas linguísticas do tempo, abrindo novos rumos aos estudos da linguagem”, ao passo que os *Serões Grammaticais* de Ernesto Carneiro Coelho são avaliados como “uma das obras capitais da língua portuguesa, quer aqui, quer em Portugal”. Da gramática de Júlio Ribeiro, não se nota nenhum tipo de contribuição, mas tão somente o fato de ter sido famosa.

Na sua *História da Língua Portuguesa*, publicada em 1952 no Rio de Janeiro, Serafim da Silva Neto cita uma infinidade de autores, todos de origem estrangeira, não sendo assim possível encontrar o nome de Júlio Ribeiro entre as suas referências. Pela natureza de sua obra, principalmente por dedicar uma parte de seu livro sobre a expansão do português do Brasil, seria esperada a menção a algum autor brasileiro do século XIX, pois eles fizeram um sem número de registro da maneira como o português era falado no Brasil naquela época, tendo o próprio Júlio Ribeiro feito várias observações a esse respeito. No entanto, quando Serafim da Silva Neto trata especificamente da língua portuguesa no século XIX, num capítulo sobre os grandes modelos da língua literária no século XIX, vemos que sua análise se limita a Portugal, sem abertura, portanto, para os autores brasileiros.

Possivelmente a última gramática lançada antes da instauração da NGB, a *Gramática normativa da língua portuguesa*, publicada por Rocha Lima no Rio de Janeiro em 1957, é oferecida a Antenor Nascentes e faz referência aos trabalhos de Said Ali, Sousa da Silveira, Mattoso Câmara Jr, Mário Barreto, José Oiticica, deixando de fora a quase totalidade dos gramáticos brasileiros do século XIX e mesmo obras que tiveram uma vida longa em boa parte do século XX, caso de uma das gramáticas de Eduardo Carlos Pereira. Há na verdade cerca de quatro referências à décima edição da *Grammatica Portuguesa* de João Ribeiro, de quem se diz que seja “talvez o mais inteligente dos nossos gramáticos” (p. 250), além de uma menção a Maximino Maciel e outra a Ernesto Carneiro Ribeiro. Encontramos uma referência ao nome de Júlio Ribeiro em uma nota de rodapé de uma passagem sobre o emprego do infinitivo impessoal e do pessoal em português, na qual se explica que a doutrina de Diez foi vulgarizada no Brasil justamente por Júlio Ribeiro:

“Tiveram muita voga, até relativamente pouco tempo, as regras formuladas, no século XVIII, por Jerônimo Soares Barbosa, em sua *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*; bem como as do alemão Frederico Diez, na *Gramática das*

*Línguas Românicas*, da primeira metade do século XX, cuja doutrina foi entre nós vulgarizada por Júlio Ribeiro.” (p. 419)

O nome de Júlio Ribeiro vai aparecer ainda três outras vezes, não como referência teórica direta, mas como fonte de exemplificação do emprego de regras gramaticais. Assim, em uma ocasião, Júlio Ribeiro é mobilizado para mostrar um caso de uso do infinitivo pessoal: “Quando tem sentido imperativo: “*Céssar* o fogo, paulistas!” (Júlio Ribeiro)” (p. 420). Em outros dois momentos, ele é trazido para exemplificar o estudo da regência dos verbos: “Lenita *ajudou* o Barbosa nos seus aprestos de viagem.” (Julio Ribeiro)” (p. 429) e “Quatro velas de cêra alumiam-se no lúgubrememente, *casando os seus clarões aos últimos clarões do dia*” (Júlio Ribeiro)” (p. 437), no que se observa que a fonte não é *Grammatica Portuguesa*, mas antes o romance *A Carne*.

## **2. O lugar de Júlio Ribeiro no horizonte de retrospecção da gramatização brasileira: entre o apagamento de sua obra como referência para a realização de análises gramaticais e linguísticas e a posição de marco nos discursos sobre a história dos estudos do português no Brasil**

Analisando os discursos sobre Júlio Ribeiro em 36 obras publicadas entre 1881 e 1959, bem como apontando as questões gramaticais e linguísticas nas quais seu nome é mobilizado, podemos afirmar que o autor não passa como referência teórica absoluta nem como modelo incontornável de análise da língua portuguesa para a maior parte dos demais autores brasileiros. Em pelo menos metade das obras analisadas, o nome de Júlio Ribeiro não é sequer mencionado. Por outro lado, nas obras em que ele é citado, sua gramática é ligada ao trabalho com o método histórico comparativo e empregada como fonte de exemplos e formulação de regras da língua portuguesa.

É principalmente entre os gramáticos do fim do século XIX que se encontra em circulação o nome de Júlio Ribeiro, sendo possível apontar apenas dois autores desse período que não fazem qualquer menção a ele: Castro Lopes e José de Noronha Napoles Massa, além da *Grammatica Portuguesa Philosophica* de Ernesto Carneiro Ribeiro, publicada no mesmo ano que a *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro. Ao longo da primeira metade do século XX, contudo, as referências a Júlio Ribeiro são bem menos frequentes, no que parece ser uma realidade não apenas para Júlio Ribeiro, mas para os gramáticos da virada do século XIX para o XX em geral. A nosso ver, é toda uma geração que vai



perdendo lugar, que vai sendo silenciada, e isso mesmo antes da instauração da *Norma Gramatical Brasileira*, que parece coroar mais do que iniciar um apagamento. A referência primeira dos autores brasileiros das primeiras décadas do século XX são seus próprios contemporâneos. Assim, lembrado por Mário Barreto, Eduardo Carlos Pereira e por Said Ali, entre 1903 e 1908, mas ignorado nesse ciclo por Pacheco da Silva, Júlio Ribeiro precisa esperar até 1922 para ser recuperado por Antenor Nascentes, José Rizzo e Affonso Costa, tendo sido antes esquecido por José de Oiticica, Amadeu Amaral e a segunda gramática de Eduardo Carlos Pereira. Uma nova referência a Júlio Ribeiro só será feita em 1939, por Antenor Nascentes, tendo sido ignorado até essa data por Sousa da Silveira e Said Ali. Desse ponto até 1955, Júlio Ribeiro é retomado apenas em duas ocasiões por Silveira Bueno, passando apagado por Mattoso Câmara Jr, Serafim da Silva Neto e outros trabalhos do próprio Silveira Bueno. Pouco antes da NGB, é possível encontrar Júlio Ribeiro na gramática de Rocha Lima em 1957. Seu destino após a NGB é um estudo que resta a ser feito.

As referências a Júlio Ribeiro na análise das descrições gramaticais são em geral muito pontuais, aparecendo no estudo dos advérbios (Ernesto Carneiro Ribeiro), da voz passiva e da correspondência verbal (João Ribeiro), da ortografia (João Ribeiro, Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, Silveira Bueno), das regras de sintaxe relativas às formas verbais (Pacheco da Silva e Lameira de Andrade), do artigo indefinido (Maximino Maciel), da teoria da negação (Maximino Maciel, Antenor Nascentes), do adjetivo (Mário Barreto), da concordância do verbo com o sujeito (Eduardo Carlos Pereira, José Rizzo), da coordenação e da subordinação (Silveira Bueno), do infinitivo pessoal e impessoal (Said Ali, Rocha Lima), do gênero e da formação do plural dos substantivos e da colocação dos pronomes (Affonso Costa), da regência dos verbos (Antenor Nascentes, Rocha Lima), dos pronomes interrogativos e do sujeito indeterminado (Eduardo Carlos Pereira). Em alguns desses momentos, não muitos, como em Ernesto Carneiro Ribeiro, Júlio Ribeiro é estimado por realizar análises acertadas; com partes inteiras de sua *Grammatica Portugueza* sendo empregadas, como em João Ribeiro; em outros, como em Alfredo Gomes, o que se mostra é a discordância em relação a posições de Júlio Ribeiro. Alguns gramáticos ainda, como Maximino Maciel, chegam a manifestar surpresa por uma análise considerada como incorreta ter sido empregada por Júlio Ribeiro. Em certos casos, como em Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, o lugar de Júlio Ribeiro é na nota de rodapé. Em outros, como em Maximino Maciel, ele aparece logo na introdução ou no prólogo, entre os nomes a quem um autor faz tributo. Por vezes, ele é um dos poucos autores citados em um texto, como



em João Ribeiro. Na maioria das obras, no entanto, Júlio Ribeiro não aparece entre os subsídios utilizados, quando outros gramáticos brasileiros e estrangeiros constam entre as referências teóricas.

Como fonte de exemplos, o romance *A Carne* é tão utilizado quanto a *Grammatica Portugueza*. Em alguns casos, como em Eduardo Carlos Pereira, os registros trazidos de Júlio Ribeiro são postos em oposição aos escritos da modernidade e ao uso popular. Em outros, como em José Rizzo, esses registros são trazidos para mostrar um fenômeno comum no linguajar de quase todo o território brasileiro. O nome de Júlio Ribeiro é o apoio para alguns responderem a críticas sobre a correção de suas análises gramaticais, como em Eduardo Carlos Pereira; para refutarem ou comprovarem a existência de determinada palavra ou construção na língua portuguesa, como em Mário Barreto; para mostrarem a ausência de consenso sobre certas questões, como em Affonso Costa; para ilustrarem dialetos que já existiram no Brasil e para marcarem diferenças em relação ao português de Portugal, como em Antenor Nascentes.

Recuperando os dizeres sobre Júlio Ribeiro, de modo a compreender os discursos sobre ele, podemos notar que, ao longo de quase um século de publicações brasileiras sobre questões de linguagem, o autor é classificado como filólogo, gramático e homem de letras, um representante da escola literária naturalista, reconhecido por Ernesto Carneiro, Maximino Maciel, Eduardo Carlos Pereira, José Rizzo, Antenor Nascentes e Francisco da Silveira Bueno um marco nos estudos gramaticais no Brasil, segundo a ideia, não hegemônica, de que a introdução de certas análises gramaticais teria sido feita no nosso país somente a partir da publicação de sua *Grammatica Portugueza*. Em alguns momentos, Júlio Ribeiro é ainda caracterizado como um observador criterioso não apenas dos fatos da linguagem da língua portuguesa, mas também das outras línguas românicas e, para alguns, das línguas teutônicas, como em Maximino Maciel. Os reconhecimentos, quando existem, são direcionados sobretudo à gramática de 1881, tomada, por exemplo, como “excelente e estimada”, como em João Ribeiro, às vezes sem explicações que justifiquem essa avaliação positiva, como se o seu valor já fosse do conhecimento de todos. A justificativa do mérito de Júlio Ribeiro é dada pelo seu trabalho com filólogos alemães, ingleses e franceses, pela vulgarização da doutrina de Diez e pela apreciação de que a sua gramática foi a primeira a transpor para o Brasil a nova orientação teórica do método histórico-comparativo, mas havendo também críticas de que ele não assimilou bem a produção estrangeira, como em Maximino Maciel. Dessa forma, a *Grammatica Portugueza* chega a ser considerada como uma das melhores e mais completas gramáticas publicadas no Brasil e em Portugal,

como em Francisco da Silveira Bueno; como um modelo para outras gramáticas brasileiras, notadamente em São Paulo, com Júlio Ribeiro tomado como um dos mestres da língua portuguesa ao lado de portugueses como Adolfo Coelho, como em Affonso Costa. Em certos casos, como em Maximino Maciel, Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, o apontamento de alguns de que o trabalho de Júlio Ribeiro é de grande valor é acompanhado da ressalva de que não se está de acordo com ele, numa argumentação de que a opinião de Júlio Ribeiro tem grande importância e deve ser levada em conta ainda que não incorporada efetivamente na análise gramatical, como se ele fosse uma referência incontornável. É possível encontrar ainda a observação do trabalho de Júlio Ribeiro com o emprego de documentos, dado, assim, como um exemplo de fundamentação documental para o estudo da língua portuguesa, como em Mário Barreto. Para alguns, como em Mário Barreto novamente, Júlio Ribeiro é “o grande gramático” no Brasil, aquele que trabalha com a ciência, consideração essa que contrasta com a quantidade de vezes em que ele é citado como autoridade no texto, perdendo lugar para outros nomes mais frequentemente referidos.

A partir desse discurso geral sobre Júlio Ribeiro, é possível apreender duas posições principais. Primeiro, a dos autores que reconhecem sua importância para os estudos gramaticais e linguísticos, inclusive trazendo seu nome mesmo que seja para dizer que não concordam com ele. Segundo, a dos autores que, mais do que reconhecer sua importância, o colocam na posição de marco na história dos estudos gramaticais e linguísticos no Brasil. Podemos situar no primeiro grupo João Ribeiro, Alfredo Gomes, Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, Mário Barreto e Affonso Costa. Podemos encaixar no segundo grupo Ernesto Carneiro Ribeiro, Maximino Maciel, Eduardo Carlos Pereira, José Rizzo, Antenor Nascentes e Francisco da Silveira Bueno. No primeiro conjunto, o peso dado a Júlio Ribeiro não é necessariamente homogêneo, havendo aqueles que o tomam categoricamente como *o maior* gramático brasileiro, como Mário Barreto, e aqueles que o consideram como *um dos* maiores gramáticos brasileiros ou *um dos* mestres da língua portuguesa, mas não o principal, como João Ribeiro e Affonso Costa. Nesse segundo conjunto, o peso dado a Júlio Ribeiro também não é homogêneo, havendo aqueles que o tomam como marco isolado, como Ernesto Carneiro Ribeiro, Maximino Maciel, Eduardo Carlos Pereira, José Rizzo e Antenor Nascentes, e aqueles que dividem seu protagonismo com outras figuras, caso de Maximino Maciel e Francisco da Silveira Bueno.

Ernesto Carneiro Ribeiro é o primeiro a colocar Júlio Ribeiro como responsável por dar uma nova feição aos estudos gramaticais brasileiros, pela introdução do sistema de análise inglesa e a adoção das ideias de Mason. Pouco

tempo depois, quem traz novamente Júlio Ribeiro numa posição de marco é Maximino Maciel, agora numa história brasileira do ensino da língua portuguesa. Na história contada por Maximo Maciel, Júlio Ribeiro é o primeiro a trazer para o Brasil uma nova orientação teórica a partir dos trabalhos dos filólogos alemães, ingleses e franceses, demolindo o que estava em voga e servindo de norma para outras gramáticas em São Paulo, numa narrativa em que Fausto Barreto concorre como figura determinante na história dos estudos do português, por difundir aquela nova orientação teórica. Com o peso de uma gramática que conheceu mais de cem edições ao longo de vários anos desde o seu lançamento, Eduardo Carlos Pereira conta uma história brasileira da gramática na qual Júlio Ribeiro aparece como responsável por introduzir novas direções aos estudos gramaticais, e portanto, como ponto de inflexão nessa história brasileira da gramática, mesmo como seu ponto inicial, pois é justamente Júlio Ribeiro o primeiro elemento fixado nessa historicização feita por Eduardo Carlos Pereira. Tomado como marco em mais uma síntese histórica brasileira, a dos estudos filológicos no Brasil, Antenor Nascentes fixa Júlio Ribeiro como marco do início do terceiro período histórico dos estudos filológicos no Brasil, observando que o autor se norteava por novos métodos empregados de autores como Becker, Mason, Whitney e Holmes e retomando a própria narrativa de Maximino Maciel de que ele verte para os instrumentos didáticos essa nova orientação teórica e acaba por servir de norma para a publicação de outras gramáticas. Por sua vez, José Rizzo apresenta Júlio Ribeiro como um precursor dos estudos glotológicos no Brasil, em anterioridade a Mário Barreto. Por fim, embora o deixe de lado na quase totalidade de seus estudos, Francisco da Silveira Bueno investe Júlio Ribeiro da alcunha de desbravador na história da gramática no Brasil por ter aberto o caminho da ciência para os estudos brasileiros do português, uma direção que só teria sido orientada verdadeiramente na figura de Maximino Maciel.

Embora o nome Júlio Ribeiro vá se perdendo como referência para a realização de análises gramaticais e linguísticas a partir do início do século XX, quando vão entrando em cena estudos que passam hoje como os primeiros tratados brasileiros de semântica, de filologia, de linguística e de história da língua portuguesa, sendo esquecido por nomes de peso como Amadeu Amaral, Sousa da Silveira e Serafim da Silva Neto – e talvez mesmo Said Ali, pois ele não o cita em nenhuma de suas três gramáticas nem em seu livro sobre semântica, fazendo uma única e breve menção indireta a ele na obra *Difficuldades da Língua Portuguesa* –, existe um discurso histórico que o coloca continuamente em posição inicial em relação aos estudos brasileiros do português. Assim, nos relatos da história da gramática brasileira, do ensino da língua portuguesa, dos

estudos glotológicos e dos estudos filológicos no Brasil, Júlio Ribeiro aparece, sozinho ou acompanhado, como um autor que introduziu inovações e foi responsável por uma virada, sendo reconhecido pela alcunha de pioneiro, desbravador, precursor e iniciador. Muitas das vezes, o próprio Júlio Ribeiro, através de sua *Grammatica Portugueza* quase que exclusivamente, é a fonte a partir do qual se fala de sua relevância numa história dos estudos linguísticos no Brasil, como se houvesse uma adesão ao seu próprio discurso de auto-reconhecimento como alguém que introduz o novo. Na verdade, é interessante notar como esses discursos sobre Júlio Ribeiro retomam praticamente a imagem que o autor projeta de si mesmo no cenário de estudos gramaticais e linguísticos no Brasil, como alguém que introduz no país as teorias linguísticas modernas e científicas da gramática histórico-comparativa, como já mostramos em outros trabalhos (AQUINO, 2016). Vejamos que Ernesto Carneiro Ribeiro fala sobre Júlio Ribeiro “dando nova feição aos estudos grammaticaes” e que Maximino Maciel lhe reconhece o “mérito de haver sido o primeiro a trasladar para compendio didactico a nova orientação” enquanto que Eduardo Carlos Pereira diz que ele “imprimiu nova direcção aos estudos grammaticaes”. Os discursos sobre Júlio Ribeiro parecem assim migrar de autor para autor, às vezes de forma direta, sob forma de citação. Dessa forma, Antenor Nascentes retoma Maximo Maciel para afirmar o mérito de Júlio Ribeiro em ter sido o primeiro a verter para uma gramática no Brasil a nova orientação teórica da gramática histórico-comparada e de servir de norma para a publicação de outras gramáticas. Um ponto importante é que os escritos de Júlio Ribeiro aparecem inclusive como arquivo para falar de acontecimentos importantes na história dos estudos do português do Brasil, caso do *Programa de Português para os Exames Preparatórios*. Nesse quesito, como vimos, há também retomada de Antenor Nascentes dos próprios dizeres de Júlio Ribeiro sobre sua relação de anterioridade com o Programa de Português. De forma geral, podemos falar de uma contradição entre um apagamento de Júlio Ribeiro como referência para a realização de análises gramaticais e linguísticas e um discurso histórico que o coloca a cada instante em primeiro lugar na história dos estudos gramaticais e linguísticos no Brasil, discurso esse que é sustentado por um número reduzido de autores e que não é retomado pela maioria.

### **3. Apagamento de Júlio Ribeiro como linguista e introdutor da linguística no Brasil**

Embora a *Grammatica Portugueza* receba alguma visibilidade, o livro *Traços Geraes de Linguística*, apesar de sua importância como a primeira obra

de linguística no Brasil, como mostramos em outro trabalho (AQUINO, 2016), é completamente apagado do horizonte de retrospecção da gramatização brasileira, um apagamento que devemos procurar explicar a partir das condições de produção desse processo de gramatização no Brasil. Fortemente marcada pela instituição escolar, como explicam Orlandi e Guimarães (2001), a gramatização brasileira no fim do século XIX, justamente por ter como projeto o ensino da língua portuguesa no Brasil, não parece ter apresentado as condições para a longevidade de um texto como os *Traços Geraes de Linguística*. Em suma, o conhecimento sobre a língua no Brasil no século XIX se dá no interior de uma escola de primeiro grau, como mostram Orlandi (2002) e Silva (2002), um espaço que privilegia materiais de caráter mais normativo, ou de outra perspectiva, que coloca um peso mais normativo na construção de instrumentos como gramáticas e dicionários.

Júlio Ribeiro vai perder para Mattoso Câmara o posto de introdutor da linguística no Brasil. Nesse sentido, Baldini e Lagazzi-Rodrigues (2007) mostram como Mattoso Câmara vai insistir sobre o caráter objetivo e científico do seu próprio trabalho, enquadrando a reflexão sobre a língua e a linguagem a partir de princípios estruturalistas, de forma que seu livro *Princípios de Linguística Geral* será considerado por outros autores brasileiros como o responsável pelo nascimento da linguística no Brasil e mesmo no mundo da língua portuguesa. Baldini e Lagazzi-Rodrigues analisam que essa obra de Mattoso Câmara inauguraria o lugar do linguista na reflexão sobre a linguagem no Brasil. Nesse sentido, a partir da análise da obra de Mattoso Câmara, Lagazzi-Rodrigues (2007, p. 13) argumenta que “no Brasil, a cientificidade se configurou, na relação com o saber linguístico, pela descrição e análise estrutural da língua portuguesa, sendo que foi esse trabalho que constitui a posição do linguista, posição-autor-linguista”, ressaltando ainda que “no que diz respeito à produção, expansão, circulação e representação do saber linguístico no Brasil, os espaços institucionais de ensino universitário tiveram e têm grande importância”.

Guimarães (2004, p. 31) explica que o surgimento da linguística moderna no Brasil ocorre no período de fundação das Faculdades de Letras no país a partir de 1930, afirmando que os cursos de letras “passam a constituir-se um espaço de pesquisa sobre questões de linguagem, que estavam, até então, ligadas fundamentalmente à língua do Estado (Língua Nacional), a um padrão literário e ao ensino”. É nesse sentido que Guimarães (2004, p. 33) considera a “configuração do início da linguística moderna no Brasil (especificamente o estruturalismo) através da obra de Mattoso Câmara”, apontando que “Mattoso colocará em cena no Rio de Janeiro a linguística moderna a partir de

suas relações inicialmente com a linguística europeia”, mostrando ainda que a “linguística americana, notadamente as posições de Sapir, assim como o conhecimento de Bloomfield, é também elemento importante na formação de seu pensamento”. Na mesma linha, Cabral Hayashida (2010, p. 247) mostra que é preciso esperar até a segunda metade do século XX para a criação dos primeiros periódicos de linguística, observando que “as primeiras revistas de linguagem que se localizam no século XIX e nas primeiras décadas do século XX centravam-se quase sempre em temas como ‘lições de português’, como se estivessem ensinando a língua aos leitores”.

É justamente a produção de conhecimento sobre a língua organizada no nível do ensino superior que parece ter permitido a promoção do livro *Princípios de Linguística Geral*, lançado por Mattoso Câmara seis décadas depois da publicação dos *Traços Geraes de Linguística*. Além dessa questão, o completo apagamento dos *Traços Geraes de Linguística* no horizonte de retrospectiva da gramatização brasileira poderia ser também explicado pelo próprio apagamento da materialidade da autoria dos gramáticos brasileiros do século XIX pela Norma Gramatical Brasileira, tal como descrito por Orlandi (2002, p. 160), que afirma que “a autoria do saber sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinada pelo linguista”. Em todo o caso, a despeito da ausência de condições de produção que favorecessem um espaço de pesquisa sobre questões de linguagem fora de um quadro normativo e escolar, Júlio Ribeiro escreve já em 1880 uma obra que não apenas se autonejava como sendo de linguística, mas que tratava efetivamente das temáticas privilegiadas da pesquisa linguística no século XIX, fazendo referências a autores que passaram para a história como nomes dos estudos histórico-comparativos. Por essa razão, Júlio Ribeiro pode ser tomado como o primeiro autor a deslocar a questão da língua nacional para a linguagem em geral, uma realização creditada a Mattoso Câmara, a quem se reconhece a posição de primeiro autor-linguista no horizonte de retrospectiva da história da reflexão sobre a linguagem no Brasil.

### **Uma nota final: sobre os discursos de fundação dos campos de conhecimento**

O lugar contraditório de Júlio Ribeiro no horizonte de retrospectiva da gramatização brasileira, entre o apagamento de sua obra como referência para a realização de análises gramaticais e linguísticas e a posição de marco nos dis-

cursos sobre a história dos estudos do português no Brasil, nos revela como são controversos os discursos de fundação, como são problemáticas e inevidentes as atribuições de paternidade de um campo do conhecimento.

## Referências Bibliográficas

- ALI, M. Said. *Dificuldades da língua portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Grammatica historica da lingua portugueza*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1931.
- \_\_\_\_\_. *Gramática elementar da língua portuguesa*. 9. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Grammatica secundaria da lingua portugueza*. Companhia Melhoramentos, 1924.
- \_\_\_\_\_. *Meios de expressão e alterações semânticas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1951.
- AMARAL, Amadeu. *O dialecto caipira*. São Paulo: Casa Editora O Livro, 1920.
- AQUINO, José Edicarlos de. *Júlio Ribeiro na história das ideias linguísticas no Brasil*. 2016. 354 p. Tese – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- BALDINI, L.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. Mattoso Câmara Jr., linguiste brésilien. In: ORLANDI, Eni P. ; GUIMARÃES, Eduardo (Dir.). *Un dialogue atlantique : production des sciences du langage au Brésil*. Lyon : ENS Éditions, 2007. p. 63-78.
- BARRETO, Mário. *Estudos da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria da Viuva Azevedo & C. editores, 1903.
- BUENO, Francisco da Silveira. *A formação histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.
- \_\_\_\_\_. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1956.
- \_\_\_\_\_. *Tratado de semântica geral aplicada à língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1951.
- \_\_\_\_\_. *Estudos de filologia portuguesa*. São Paulo: Saraiva & Cia, 1946. I volume



- CABRAL HAYASHIDA, Sandra Raquel de Almeida. *Periódicos científicos: a produção e a circulação da ciência da linguagem no Brasil*. 2012. 287 p. Tese – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & CIA., 1942.
- \_\_\_\_\_. *Princípios de linguística geral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1954.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.
- COSTA, A. *Lingua portuguesa: resposta à crítica*. São Paulo: Livraria Magalhães, 1922.
- GOMES, A. *Grammatica Portugueza*. 15. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.
- GUIMARÃES, Eduardo. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. São Paulo: Pontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. Apresentação: Maximino e um pouco de história. *Relatos*, Campinas, n. 3, 1996. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_03.html#breve](http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_03.html#breve)>. Acesso em: 24 out. 2016.
- JUNIOR, Pacheco da Silva. *Noções de semântica*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1903.
- JUNIOR, Pacheco da Silva; ANDRADE, Lameira. *Noções de grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo, 1887.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. O político na linguística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In. ORLANDI, Eni P. (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007, p. 11-18.
- LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1957.
- LOPES, Castro. *Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia., 1909.
- MACIEL, Maximino. *Grammatica analytica*. Rio de Janeiro: Typ. Central, 1887.
- MASSA, José de Noronha Napoles. *Grammatica analytica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Imprensa a vapor H. Lombaerts & Comp., 1888.
- OITICICA, José. *Manual de análise (léxica e sintática)*. 11. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1955.
- NASCENTES, A. *Estudos filológicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.



- \_\_\_\_\_. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- \_\_\_\_\_. *O idioma nacional na escola secundária*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1935.
- NETO, Serafim da Silva. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.
- ORLANDI, Eni P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias linguísticas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um Espaço de Produção Linguística: a gramática no Brasil. In: Orlandi, Eni P. (Org.) *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Mato Grosso: Pontes, 2001. p. 21-38.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica expositiva*. São Paulo: Weiszflog Irmãos & Co., 1907.
- \_\_\_\_\_. *Questões de philologia: resposta aos críticos da “grammatica expositiva”*. São Paulo: Typographia Falcone, 1907.
- \_\_\_\_\_. *Grammatica Historica*. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões grammaticais ou nova grammatica portugueza*. 2. ed. Bahia: Livraria Catilina, 1915.
- \_\_\_\_\_. *Grammatica portugueza philosophica*. Bahia: Imprensa Econômica, 1881.
- RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de ALVES & C., 1889.
- \_\_\_\_\_. *Estudos philologicos*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santo, 1902.
- RIZZO, José. *Estudos da língua portuguesa*. São Paulo: C. Teixeira & C., 1922.
- SILVA, Mariza Vieira. Colégios do Brasil: o Caraça. In: ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das ideias linguísticas*. Campinas: Pontes, 2002. p. 87-100.
- SILVEIRA, Sousa da. *Lições de Português*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

Recebido em 31 de janeiro de 2017.

Aceito em 8 de março de 2017.